

O EFEITO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS (APOIO UNIP)

Aluna: Juliana de Moraes Carvalho Rudge

Orientador: Prof. Felipe Oliveira

Curso: Psicologia

Campus: São José dos Campos

A Emenda Constitucional 95/2016 altera o regime fiscal, cuja principal medida é o “congelamento” de gastos públicos primários, como o investimento em educação, pelos próximos 20 anos, dado que o orçamento para esses gastos primários será ajustado somente pela inflação do ano anterior medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Assim, o objetivo do presente trabalho foi compreender o efeito da emenda nas políticas públicas de educação a partir de análise de publicações sobre financiamento das políticas públicas do Plano Nacional da Educação (PNE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Para entender como a emenda afeta a educação parte-se de fundamentos teórico-epistemológicos da Psicologia Escolar Crítica. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica no banco de dados do site SciELO e no da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como palavras-chave: psicologia, educação, políticas públicas e financiamento. Para discussão, foram utilizados 26 artigos obtidos na revisão bibliográfica, permitindo a criação de 5 eixos temáticos a partir da análise de prosa, sendo: 1) Psicologia e políticas públicas; 2) Um breve panorama histórico da educação no Brasil; 3) O papel do Governo no financiamento da educação; 4) O PNE; e 5) FUNDEB. Isto posto, foi evidenciada a acentuação do subfinanciamento da educação com a vigência da EC 95/2016, impactando a qualidade do ensino ofertado na rede pública, principalmente para aqueles que dependem do sistema educacional público sendo, em sua maioria, pessoas das classes populares.